



ARTIGO

HISTÓRIA, ROTAS E COMÉRCIO

HISTORY, ROUTES AND COMMERCE

Ruy MACHADO

RESUMO

O artigo analisa a evolução das rotas comerciais articuladas com a História das civilizações mediterrâneas, nos períodos antigo e medieval. Outrossim, aborda a expansão marítima portuguesa e as rotas do oriente.

Palavras-chaves: *rota, comércio, expansão, evolução histórica.*

ABSTRACT

This paper analysis the commercial routes articulated with Mediterranean history at antiquity and medieval periods. It also explains the east routes and the Portuguese nautical expansion.

Key words: *commercial routes, Mediterranean history, Portuguese nautical expansion.*

Este artigo tem por objetivo analisar com simplicidade, o papel histórico das rotas comerciais, articuladas com as sociedades do “mundo” antigo e medieval.

A rota é o espaço das trocas, o caminho por onde viajam projetos, expansões e conquistas. Sua gênese está nas primeiras caminhadas humanas nos tempos pré-históricos, no antigo e longo Período Paleolítico. O homem na busca de matéria-prima e de víveres, fabricou ferramentas, produziu objetos, organizou a caça, a coleta, a pesca, desenvolvendo a comunicação e aumentando seus horizontes no meio ambiente. A rota assim, desvela-se como direção e procura para responder necessidades, suprir carências, controlar riquezas.

Esse complexo processo desencadeou novas exigências para o homem primitivo, respondidas

com a elaboração de técnicas. O uso do fogo, cuja domesticação foi um ato revolucionário, proporcionou ao homem o controle de uma fonte de calor com a qual afugentou animais, cozinhou a comida obtendo melhor qualidade e sabor, iluminou seu habitat, aperfeiçoou seus instrumentos e ao redor da fogueira criou novos diálogos. O papel extraordinário do fogo para as comunidades humanas foi tão importante, que assumiu nas civilizações um status sagrado, símbolo da inteligência e conhecimento, sinal da presença da divindade.

As sociedades primitivas por volta de 10 mil a.C. promoveram a Revolução Neolítica, cuja grande novidade foi a produção de alimentos, isto é, houve a invenção da agricultura com um processo interventor na fauna e flora dominando várias espécies. Esta atividade econômica sincronizou-

se com a pecuária, e ambas mudaram os rumos do homem pré-histórico, o qual deixou as “velhas pedras” para se tornar plantador, criador, oleiro e tecelão.

A agricultura fortaleceu a sedentarização, a produção de excedentes que lentamente demonstrou seu caráter estratégico, no cotidiano, nas trocas e nos momentos de dificuldades. Pertence a esse universo a descoberta e utilização dos metais, provocadores de novas tecnologias, pensares e esforços. Usa-se o cobre inicialmente martelado e posteriormente adicionado ao estanho resultando no bronze, e devido a importância denominou um período histórico: a idade do bronze. No final do neolítico trabalhou-se o ferro, elemento basilar empregado pelas civilizações nas tarefas agrícolas e na produção de mantimentos.

Esse conjunto de forças históricas revolucionárias promoveram a Revolução Urbana. Afinal a agricultura, pecuária, metalurgia revelaram a fertilidade da terra, os recursos da natureza, a importância dos rios e lagos para a vida humana. As comunidades primitivas estruturaram sua organização social em função dessa realidade com o acesso coletivo as ofertas e riquezas na caminhada da sobrevivência.

Porém, as radicais descobertas demonstraram o poder da intervenção no meio ambiente e a produção do excedente econômico. Numa certa visão e posição política, a História do excedente econômico é a história da mudança transformadora da organização social, pois sua posse como propriedade da produção acumulada, bem como das forças que produzem, gera a desigualdade social. A manipulação deste poder possibilitou o domínio dos gêneros alimentícios, de pessoas submetendo-as ao trabalho compulsório, o estabelecimento de uma nova divisão econômica do trabalho conjugada com uma nova divisão social. Formam-se os segmentos dominantes na sociedade, cujo poder se alicerça na propriedade privada, funda-se o Estado, desenvolve a cidade, elaboraram códigos escritos, desagrega a comunidade primitiva. É o advento da civilização com a História da desigualdade.

O homem coletor, caçador, pescador, criador e agricultor modelou os primeiros caminhos atrás de matéria prima como a pedra e o cobre e de

alimentos. Deixou marcas nos seus abrigos, na exploração e nos transportes de seus achados. Muitas dessas trilhas são as precursoras das rotas das civilizações antigas.

“MUNDO” ANTIGO E ROTAS COMERCIAIS

A região denominada de Oriente Médio, sediou importantes contatos de trocas entre grupos humanos primitivos, que evoluíram para o comércio praticado pelas sociedades civilizadas.

Neste contexto se destacaram civilizações como a egípcia, embora antiga, seu conhecimento é recente, pois foi redescoberta nos tempos modernos por ocasião da expansão imperial francesa sob a liderança de Napoleão Bonaparte. Este general invadiu o Egito em 1798 e, acompanharam a expedição militar, cientistas e Dominique Vivant Denon, um artista e diplomata que desenhou o passado histórico do país, base para a obra “a Descrição do Egito” marco do nascimento da egiptologia, publicada pelos membros da expedição francesa. Completa a redescoberta do Egito antigo o trabalho de Jean François Champollion (1790-1832), decifrador da escrita Hieroglífica.

A ocupação humana do Egito aconteceu nos últimos momentos do Paleolítico, quando se descobriu um vale e um rio, fontes inimagináveis de vida. O rio Nilo com aproximadamente 6.690 Km de extensão, o segundo maior do mundo, tem entre junho e outubro o aumento de volume de suas águas, propiciadoras de enchentes que inundam o vale, fertilizando o solo, propiciando o milagre da agricultura com até três colheitas por ano.

Diante desta abundância, é que se compreende a imortal afirmação de Heródoto, que por volta de 450 a.C visitou o país: “O Egito é um presente do Nilo”. Desse modo o povo egípcio deificou o rio e suas inundações com o nome de Hapi, louvado com hinos.

Neste vale com uma largura de 8 a 24 Km, o egípcio com seus sachs cultivava o trigo, cevada, linho, construía diques e canais e, utilizava o Shaduf para irrigar as áreas secas.

Neste oásis o homem primitivo montou sua organização sócio-política, surgindo os clãs, aldeias e, os nomos, unidades fundamentais da administração do vale no período pré-dinástico, encerrado com a fundação do Reino do Baixo Egito na região do Delta, Alto Egito no interior (3200 a.C.). Os dois reinos se unificaram com o faraó Narmer ou Menés, fundador do Antigo Império ou Reino antigo (aproximadamente 2780 a.C. - 2400 a.C.) sucedido pelo Médio Império (2065 a.C. - 1785 a.C.) e este pelo Novo Império (1580 a.C. - 1200 a.C.).

Após esta fase ocorreu a decadência com intervalos de autonomia, até o Egito sucumbir diante da invasão persa, Macedônia e, Romana. (30 a.C.).

A agricultura foi o nervo econômico do Egito, graças às ofertas do Nilo, o qual foi também o primeiro grande caminho utilizado nas comunicações, comércio e transporte de granito do alto do Egito para as construções dos monumentos na cidade de Mênfis.

As primeiras aventuras comerciais do Antigo império percorreram o Nilo com expedições militares atuantes no entreposto de Elefantina na área da primeira catarata, apossando-se do ouro e marfim Núbio. Estas riquezas se juntavam ao ouro extraído da mina de Koptos e abasteciam a ourivessaria.

Outra região explorada foi a Península do Sinai, da qual se retirava o cobre, turquesas, topázios, esmeraldas. O cobre assumiu enorme importância por ser o principal metal empregado nas manufaturas até o período do novo império.

A expansão do Egito foi a resposta ao seu desenvolvimento, atingindo a região do Mar Vermelho. Construiu-se uma estrada ligando o Delta ao Golfo de Suez, onde se iniciava a navegação para a região do “Punt” (provavelmente a Somália) rica em incenso. Esta resina aromática era imprescindível para as cerimônias religiosas realizadas nas cidades, como Tebas no templo de Amon, afinal seu perfume era agradável aos deuses. Também o incenso era necessário no processo de mumificação e preparação de remédios.

Segundo a tradição, a primeira expedição ao “Punt”, foi no reinado do faraó Sahuré, da quinta

dinastia (2494 a.C. - 2345 a.C.), inaugurando a rota do incenso que se ligava as vias comerciais da Arábia, Índia, Ceilão e, por onde trafegavam as mais variadas mercadorias como seda, pimenta e peles. Este comércio ressaltou o caráter estratégico do Mar Vermelho, justificando a construção no deserto da estrada Wadi Hammamat, meio fundamental de acesso ao Sinai e ao “Punt” misticamente chamada de “terra divina”. No deserto Líbio, os egípcios dominavam os oásis, essenciais nas viagens para se obter metais e pedras preciosas. Sobressai o oásis de Siwa com o oráculo de Amon, visitado por Alexandre Magno.

O Egito clássico estendeu sua influência no próximo Oriente, após a expulsão dos Hicsos, população que havia se fixado no Delta (aproximadamente 1785 a.C.). Foram expulsos por Amósis (1580 a.C. - 1558 a.C.) evento assinalador do início do novo império com a décima oitava dinastia. Neste período elaborou-se um projeto imperial para afastar as ameaças asiáticas produzindo uma política expansionista.

O egípcio abandonava a antiga característica de agricultor voltado para o vale do Nilo, satisfeito com as expedições punitivas e contatos comerciais, para se tornar soldado.

Desse modo, a geopolítica do novo império colocou em prática uma máquina militar, conquistando onde é atualmente o Estado de Israel e os territórios palestinos, que lutam pela sobrevivência. O Faraó Tutmés III (1504 a.C. - 1450 a.C.) alargou os domínios do império com campanhas militares na Síria, Fenícia (Libano), chegando as águas do Eufrates, vitorioso sobre os mitanianos e recebendo homenagens de babilônios e assírios. O resultado da conquista foi o controle de caminhos e passagens garantindo a posse de riquezas.

O império egípcio foi barrado pelos Hititas, população da Ásia menor do planalto de Hatti, organizada politicamente em um reino. Os Hititas se expandiram para o norte da Síria, se chocando com o Egito nas disputas pelas estratégicas regiões e suas vias. Travou-se a Batalha de Kadesh (1286 a.C.) marca do refluxo egípcio no norte da Síria e ascensão de outros impérios.

A Fenícia localizada num estreito território do litoral mediterrâneo, lugar atual da República do

Líbano, desenvolveu cidades como Biblos, Tiro, Sídon, Berite, estruturadas na Talassocracia. Destarte, o comércio foi o alicerce do império marítimo fenício com rotas, feitorias e colônias fundadas pelo “mundo” mediterrâneo. Desse modo os fenícios fundaram na África: Cartago, Bizerta, Útica, Tanger. Na Sardenha ergueram Cagliari, Valeta em Malta e, na Península Ibérica Cádiz e Tartesso. Outrossim, Chipre, Rodes, e as cidades no mediterrâneo oriental abrigaram estabelecimentos fenícios.

Os mercadores fenícios foram notáveis na antiguidade. Negociavam mercadorias de couro, cerâmica, objetos de metal, marfim, perfumes, madeira e manufaturados de vidro, tecido de cor púrpura, palavra que segundo historiadores deu origem ao nome fenício e indica poder, prestígio, e dignidade. As rotas fenícias tinham conexão com a Mesopotâmia da qual se adquiria a lã, do Egito o algodão, o cobre de Chipre, o betume do Mar Morto e os Vinhos da Síria. Declina a tradição que marinheiros fenícios atravessaram as colunas de Hércules navegando pelo litoral Atlântico europeu à procura de estanho e pelo litoral africano a procura de ouro. Perde-se nas lendas do tempo a rota da prata entre Tartesso e Tiro.

“A economia do Oriente Próximo estava agora entrando completamente na idade de Ferro - encontramos, por volta desse tempo, as primeiras lâminas de ferro usadas para arar – e o mundo se estava tornando mais rico. Salomão garantiu, mediante as suas atividades, que a sua casa real recebesse uma parte principesca dessa nova prosperidade. Ele expandiu o negócio, casando-se com filhas de todos os príncipes vizinhos, com o lema ‘o comércio acompanha a noiva’. Ele se tornou afim do faraó do Egito, casando-se com a filha deste – foi assim que ele conseguiu Gezer. A Bíblia nos fala de outras alianças matrimoniais, dizendo que ‘além da filha do faraó, amaram Salomão muitas mulheres estrangeiras: moabitas, amonitas, edomitas, sidônias e hetéias’. Sua diplomacia e seu comércio entrelaçavam-se. A visita da rainha de Sabá, que veio do sul da Arábia, estava

relacionada com o comércio, pois Salomão controlava o comércio, árabe, principalmente mirra, incenso e especiarias. Josefo nos conta que Salomão fazia jogos de enigmas com Hirão de Tiro, outro grande monarca comerciante. Isso não era uma forma extraordinária de contato diplomático durante a primeira Idade de Ferro, implicava pesadas perdas em dinheiro – algumas vezes perdas de cidades – era parte do processo de trocas comerciais. Salomão e Hirão conjuntamente dirigiram uma frota de navios de Ezion-Geber no sul até Ofir, o nome que davam a África oriental. Os dois reis comerciavam animais e pássaros raros, madeira de sândalo e marfim. Além disso, Salomão era um comerciante de armas. Comprava cavalos da Cilícia que vendia ao Egito, em troca de carros que então revendia aos reinos que ficavam ao norte.” (Johnson, 1995, p.72)

Os cálamos registram as relações comerciais entre Egito e Biblos, da qual o faraó Snefru (aproximadamente 2613 a.C. – 2494 a.C.) da IV dinastia, importou cedro para a construção de uma esquadra mercante, cujo navio foi chamado pelo egípcio de “navio de Biblos”. E no reinado do faraó Nekao II (609 a.C. – 594 a.C.) marinheiros fenícios partindo do Mar Vermelho realizavam o périplo da África. Pode-se afirmar que através das rotas fenícias negociavam linho, papiro, cereais importados do Egito e se exportavam para a terra do Nilo madeiras, produtos manufaturados, metais, etc.

O comércio fenício, sírio-palestino e egípcio se articulava com a mesopotâmia, onde hoje localiza-se a República do Iraque. Esta região foi denominada pelos hebreus de Aram Naharayin, isto é, terra dos dois rios (Tigre e Eufrates) e os gregos chamavam de mesopotâmia. Esta região é uma planície, na qual ocorreu um processo histórico diferente do Egito, (Estado-Nação com um império). Por volta de 10 mil a.C. a 7 mil a.C., eclodiu a Revolução neolítica, a sedentarização com a fundação de aldeias e no IV milênio a.C. se desencadeou a Revolução Urbana nas áreas da Suméria no sul a Acádia ao norte, surgindo cida-

des-estados: Quish, Ur, Uruk, Lagash, Eridu, Acad, Nipur, Babilônia.

As comunidades urbanas da Mesopotâmia, desde muito cedo se deparavam com vários obstáculos: cheias violentas, pilhagem de lavouras pelos vizinhos nômades, os conflitos pelo domínio dos “pomares”. As respostas foram a construção de canais, barragens, e a intervenção da cidade-estado construindo muralhas e constituindo a força militar.

A base para a fundação dos impérios mesopotâmios foi a cidade-estado. O império acadiano o primeiro a unificar a região no reinado de Sargão I (aproximadamente 2334 a.C. – 2279 a.C.), o império Gútio (aproximadamente 2112 a.C. – 2004 a.C.), império assírio com destaque para o rei Sargão II (721 a.C. – 705 a.C.), o novo império babilônico cujo apogeu foi o governo do soberano Nabucodonosor (604 a.C. – 562 a.C.). No século VI a.C. a Mesopotâmia caiu em poder do império persa sob a liderança de Ciro, o grande, submetendo a cidade da Babilônia (539 a.C.), incorporada as conquistas do Reino da Lídia e cidades gregas da Ásia menor, Fenícia, Síria e Palestina.

A sucessão dos impérios revelou os conflitos como os motores da História não só da mesopotâmia, mas do Oriente Próximo. Logo a guerra foi o ato político primordial para anexar territórios, controlar rotas e passagens, capturar populações para o trabalho servil, assegurar as riquezas e suas fontes produtoras.

Não pode haver dúvida do papel estratégico da “terra entre rios” neste contexto. Afinal, eram uma área de passagem e encontro dos caminhos proveniente da Ásia, possuía rotas terrestres, fluviais, sobretudo do Eufrates e importantes centros urbanos. Tais condições históricas propiciaram um volumoso comércio com mercadores buscando o lápis-lazúli no atual Afeganistão, a prata extraída dos montes Tauros, o cobre de Oman, Cornalina, pérolas e marfim da Índia.

Estas mercadorias eram esparramadas pelas rotas por todo o oriente, com, por exemplo, a de Assur a Kanesh, que se ligava ao caminho para as terras dos Hurritas e Hititas, e estes forneciam ferro e cavalos. O crescimento das relações

econômicas exigiu a montagem de uma organização contábil com pesos, medidas, empréstimos, contratos, bem como o uso do cobre, prata, ouro, os quais circulavam sob a forma de barras.

O comércio do crescente fértil se relacionou firmemente com áreas do mar Mediterrâneo.

“O que é o Mediterrâneo? Mil coisas ao mesmo tempo. Não uma paisagem, mas inúmeras paisagens. Não um mar, mas uma sucessão de mares. Não uma civilização, mas civilizações sobrepostas uma às outras. Viajar pelo Mediterrâneo é encontrar o mundo romano no Líbano, a pré-história na Sardenha, as cidades gregas na Sicília, a presença árabe na Espanha, o islã turco na Iugoslávia. É mergulhar nas profundezas dos séculos, até as construções megalíticas de Malta ou até as pirâmides do Egito. É encontrar coisas velhas ainda vivas, ladeando o ultramoderno: ao lado de Veneza, falsamente imóvel, a pesada aglomeração industrial de Mestre. Ao lado do barco do pescador, que é ainda o mesmo de Ulisses, a traineira devastadora do fundo do mar, ou os enormes petroleiros. É ao mesmo tempo imergir no arcaísmo dos fundos insulares e surpreender-se diante da extrema juventude de cidades muito antigas, abertas a todos os ventos da cultura e do lucro, e que, há séculos, vigiam e comem o mar.

Tudo porque o Mediterrâneo é uma encruzilhada muito antiga. Há milênios tudo converge em sua direção, confundindo e enriquecendo sua história: homens, animais de carga, veículos, mercadorias, navios, idéias, religiões, artes de viver”. (Braudel, 1988, p. 02)

Às margens deste mar dividido em oriental e ocidental, floresceram civilizações fascinantes, marcadas por guerras, conquistas e impérios, não obstante se vinculavam através de uma cultura cosmopolita e do comércio.

No mar Mediterrâneo Oriental, a Ilha de Chipre ou Alasiia como se acredita, constituiu-se em um ponto comercial de suma importância, em

razão da exploração do cobre, minério que deu nome à ilha, agricultura e local de passagem de rotas. O cobre a grande riqueza de Chipre era exportada de Citium para a ilha de Creta, sede de uma brilhante civilização com as cidades: Cnossos, Faístos, Mália, Mirtos, Tilisso. De Creta o cobre era transportado para outras regiões como a Mesopotâmia e o Egito de Thutmés (1530 a.C. – 1520 a.C.) da décima oitava dinastia.

Emerge neste ambiente histórico a civilização grega, cuja evolução apresentou a Grécia Homérica com uma grande família aristocrática (genos) com um ancestral considerado divino e uma casa (Oikos), a Grécia arcaica com a Polis, que segundo Finley “por convenção e de maneira um tanto inadequada, foi traduzida para cidade-estado” (Finley, 1990, p.99) e a Grécia clássica do século V e IV a.C. período do apogeu do gênio grego.

Nos tempos arcaicos desenvolveu o artesanato, o comércio, mas sem uma regularidade de trocas e a prosperidade é registrada nas construções públicas. Porém o período foi repleto de crises e conflitos provocados por exemplo, pelo monopólio aristocrático das terras férteis, gerando a marginalização social do camponês. Este personagem social era um candidato a escravidão por dívida devido aos empréstimos garantidos com a hipoteca do corpo. Esta prática fomentou as lutas e os tumultos do século VII a.C. em Atenas. Compreende-se neste quadro a Reforma de Sólon (594 a.C.) que determinou a abolição da escravidão por dívida (Seisachtheia).

Historiadores afirmam que uma das alternativas para a crise do período arcaico foi a colonização, iniciada nos meados do século VIII a.C. ao século VI a.C. Há um elenco de fatores explicativos da expansão tais como: a busca de novas terras em virtude da sua exigüidade (Stenochoria), metais, crises, crescimento comercial. Tal processo resultou na fundação de colônias (Apoikias) sob a liderança do Oiktistes, transformando em indígete após a morte, construção de entrepostos comerciais (emporion) e de postos militares (clerúquia).

A expansão grega em meados do século VIII a.C., dirigiu-se para o ocidente do Mediterrâneo, evento manifestado no poema Odisséia de Homero. Os gregos erigiram na Itália, Isquia, Cumas,

Nápoles, Metaponto, Tarento, Sibáris, Messina, Naxos, Siracusa, etc (magna Grécia). No litoral francês fundaram Marselha, Cirene na África, e na Península Ibérica Sagunto. No oriente a migração precedeu a colonização e se tem colônias como: Bizâncio no estreito do Bósforo, às margens do Ponto Euxino (mar acolhedor) ergueu-se Trebizonda, Odessa, Sinope, Amisos, Ólbia, etc. Nas ilhas Egéias e no litoral da Ásia menor várias outras fundações foram estabelecidas: Quios, Lesbos, Samos, Éfeso, Mileto, Cnido, Halicarnasso, etc. Na foz do Orontes no norte da Síria construiu-se o entreposto helênico de Al mina e no Delta do Nilo Naucrátis.

As rotas da magna Grécia carregavam para Hélade, cereais, gado, prata e adquiriam azeite, vinho, vasos coríntios, cerâmica ateniense. As colônias do mar Negro enviavam cereais, madeiras, couro, ferro, ouro, peixes como atum e escravos. No entreposto de Al mina chegavam das rotas da Mesopotâmia tecidos, marfim indiano e têxteis sírios-fenícios. O porto de Naucrátis, ao que parece, teve a função de enviar trigo egípcio para a Grécia e também o linho, papiro, e as especiarias da rota do Mar Vermelho. É necessário observar que o comércio de importação do trigo para a Grécia foi uma necessidade. Sólon determinou a proibição de exportação de todos os produtos agrícolas de Atenas, menos o azeite e os governos atenienses buscavam o domínio dos estreitos de Dardanelos e Bósforo para garantir as rotas do mar Negro.

Segundo historiadores colaborou para a decadência das Poleis na Grécia clássica, a luta pelas hegemonias entre Esparta, Atenas e Tebas, geradoras da guerra do Peloponeso (431 a.C. – 404 a.C.). A crise da cidade-estado helênica possibilitou a vitória de Filipe da Macedônia em Queróneia (338 a.C.), instaurando-se o jugo Macedônio, mantido por Alexandre Magno até o final do século IV a.C., quando seu império se fragmentou.

Enquanto no oriente das ruínas do império alexandrino surgiam as monarquias Helenísticas, no ocidente despontavam duas potências: Cartago (Kart-Hadacht) na África, onde se localiza hoje a República da Tunísia e na Itália a cidade de Roma.

Cartago, pelas fontes tradicionais, foi fundada em 814 a.C., porém a investigação histórica coloca

aproximadamente a segunda metade do século VIII a.C. É possível ter sido fundada por habitantes da cidade de Tiro.

Dentre as colônias fenícias no ocidente, sobressaiu-se Cartago em virtude do controle do estreito situado entre África e a ilha da Sicília, construção de poderosa frota com a qual se assenhorou das rotas mediterrâneas ocidentais, conquistou os entrepostos fenícios, expulsou a navegação grega e fundou estabelecimentos na Península Ibérica, ilhas da Sardenha e Córsega e com o comércio na Itália conseguiu metais e vasos etruscos (bucheros).

Roma, cidade fundada na região do Lácio em 753 a.C. segundo a tradição, mas não aceita pela crítica histórica, apresentou uma evolução política com os períodos: Monarquia, República, Império. De forma sucinta a História romana foi uma grande conquista militar e sua administração (“Urbi et Orbi”), subjugou o Lácio tutelando as cidades da liga latina, derrotou os samnitas apossando-se das terras férteis da Campânia, interveio na magna Grécia derrotando a cidade de Tarento e seu aliado o rei Pirro (275 a.C.), controlou os portos meridionais italianos.

Desde muito cedo, Cartago e Roma caminhavam para um sério confronto, fato que explica o Tratado de 508 a.C. com o propósito da delimitação das áreas de influências e, renovado como aliança militar durante as guerras com Pirro, uma ameaça comum as duas cidades.

No século III a.C. o comércio cartaginês movimentava vinhos, cerâmicas, metais, animais, azeite, frutas. A população da cidade segundo Estrabão era de 700 mil habitantes e governados por magistrados (sufetas) e um senado aristocrático.

O choque entre Roma e Cartago se tornou inevitável pela disputa da ilha de Sicília. Tropas cartaginesas ocuparam um local estratégico no estreito de Messina e, resposta romana foi o envio das legiões para a região. Eclodiam as guerras Púnicas (264 a.C. – 146 a.C.).

A Primeira Guerra Púnica foi travada na Sicília e foi favorável a Roma, que anexou a ilha transformada na primeira província romana e, exigiu o pagamento de tributo de Cartago, a qual mais

tarde foi obrigada a ceder a Sardenha e a Córsega durante as terríveis revoltas internas. Cartago havia perdido seus locais de comércio na Itália, Gália e nas ilhas citadas, destruindo o seu império marítimo e a alternativa foi se voltar para a Península Ibérica explorando suas riquezas.

O projeto cartaginês na Hispânia tornou-se uma severa ameaça a Roma, pois foi da península que o Exército de Aníbal partiu e invadiu a Itália infligindo grandes derrotas às legiões romanas. A resposta foi o ataque e conquista da Hispânia, a posse de suas riquezas, a invasão da África derrotando Aníbal em Zama (202 a.C.).

Cartago foi reduzida a uma cidade sem expressão militar e econômica e o preço pela “paz” significava pagar indenização, destruir sua marinha e não fazer guerra sem a licença do Senado romano.

A Terceira Guerra Púnica foi para deter a recuperação cartaginesa, baseada no crescimento comercial do ouro, escravos, marfim, cereais, frutas. A mobilização para a guerra foi feita sob o lema “Cartago deve ser destruída”, concretizado com a destruição da cidade, cujo território foi anexado por Roma. Era hegemonia romana no mar mediterrâneo ocidental e quando conquistou o oriente, todo o mar foi denominado de “mare nostrum”.

A chave histórica para a compreensão da expansão romana está na problemática social expressa nas lutas sociais entre patrícios e plebeus. Estes eram excluídos das terras públicas (“ager publicus”), das magistraturas e permanentemente ameaçados pela escravidão por dívidas pelos credores. Se na Grécia arcaica a falta de terra foi uma das razões da expansão colonizadora, em Roma foi um motor da conquista militar, a qual confiscava uma parte da propriedade do vencido e incorporava ao “ager publicus”.

Roma constituiu uma sólida organização política-administrativa, criando o município, fundando províncias. Tais instituições foram veículos da romanização do “mundo” antigo, como da Península Ibérica, a Hispânia romana. Esta província foi latinizada sendo dividida em três regiões: Bética, Lusitânia, Tarraconensis. Ocorreu a instituição do município, a exploração da prata de

Sierra Morena, a generalização da cultura do trigo, videira, oliveira explorada pela Vila rústica com mão de obra escrava, preparação de conservas de peixe, a construção de estradas como a de Olisipo (Lisboa) a Bracara (Braga).

Na Itália foi construída uma formidável rede de estradas para atender a geopolítica expansionista, partindo de Roma: Via Apia para o sul da Itália, Via Salaria para o Adriático, Via Emília para Milão, Via Flaminia para Rimini, Via Valeria para o Centro da Itália, Via Aurélia para Ligúria, via Clodia para Tirreno, Via Cássia para Etrúria.

Não só as legiões percorriam as estradas, mas também os mercadores, transportando produtos os quais chegavam por várias rotas, como a do mar Mediterrâneo, o grande caminho da antiguidade. O comércio fornecia escravos capturados nas campanhas militares, o âmbar trazido pela rota de Aquileia ao Balcãs que atravessava o vale do Danúbio e atingia as áreas bálticas. Do Egito chegavam escravos, ouro, marfim, madeira, trigo, papiro. Da Ásia especiarias, perfume, escravos, pedras preciosas, metais, etc.

A “Pax Romana” protegeu e estimulou a prosperidade do império, o qual cunhou moedas que através do comércio foram difundidas pelo “mundo conhecido”. Indica a tradição que a criação da moeda aconteceu no reino da Lídia com o rei Creso (560 a.C. – 546 a.C.), porém ensina a pesquisa histórica que não se usou inicialmente a moeda para as trocas. Era na sua gênese um símbolo da autonomia da Polis e só posteriormente assumiu outras funções. Em Roma no período da realeza utilizou o gado (Pecus) como uma “moeda” de troca, e na república, talvez por volta do século V a.C., cunhou-se pela primeira vez a moeda no templo de Juno Moneta (conselheira) de onde parece derivar a palavra moeda, sendo célebres o denário, sestercio e o talento.

O império romano do ocidente ruiu sob o peso da crise do III e IV séculos, com o colapso do sistema escravista, da produção agrícola e, por conseguinte de toda ordem institucional”.

“Foi evidentemente no campo que a crise final da Antiguidade teve a sua origem; e enquanto as cidades estagnavam ou entravam em declínio, ocorriam na

economia rural modificações de maior alcance, presságio da transição para outro modo de produção. Os limites inexoráveis do modo de produção escravagista estavam já à vista quando as fronteiras do Império deixaram de avançar: foram eles que precederam e estiveram na base da desordem económica e política do século III. Agora, nas condições recessivas do fim do Império, o trabalho escravo (sempre ligado a um sistema de expansão política e militar) foi-se tornando cada vez mais escasso e incómodo e, por isso, foi sendo largamente convertido pelos proprietários de terras em adscrição vinculada ao solo.” (Anderson, 1982, p. 102)

Das cinzas do “mundo” romano, gestaram-se novas forças históricas, desencadeadoras da construção de uma nova civilização: a civilização do ocidente medieval.

“MUNDO” MEDIEVAL E ROTAS COMERCIAIS

A idade média nos séculos V ao X, período tradicionalmente denominado de “alta idade média”, processou-se a formação da civilização feudal. Formaram-se os reinos Bárbaros, herdeiros do império romano, aconteceu a evangelização e a celebração de alianças da Igreja Cristã com o Estado fundamentando a cristandade, baixa produção agrícola e artesanal, declínio da atividade comercial comprometendo as trocas e os resultados foram o aumento da fome, da ruralização e servidão.

A despeito destes entraves, o comércio não desapareceu, continuou a ser praticado não obstante ficar subordinado as realidades históricas do continente europeu. Cumpre mencionar o papel das cidades episcopais e as sedes políticas-militares como pólos de atração para mercadores e artesãos, tal atuação respondeu às necessidades. Emergem novos núcleos populacionais (Portus), os quais se dedicam as trocas irrigando as rotas que percorriam a Europa.

Registra-se um comércio local possuidor de papel complementar oferecendo por exemplo alimentos, produtos artesanais, um comércio de

longa distância com conexão com o oriente, adquirindo tecidos, especiarias, perfumes os quais penetravam em terras européias pelas rotas italianas, nórdicas e muçulmanas da Espanha.

Nos séculos IX e X “novas invasões” se abateram sobre o ocidente europeu: Vikings, húngaros, muçulmanos. Os Vikings populações escandinavas foram chamadas de “Homens do norte”, normandos e varegues e se dedicavam à pilhagem e ao comércio. Deste modo, navegavam por rios e mares saqueando igrejas, mosteiros e as comunidades de Rouen, Nantes, Lisboa, Servilha, Paris, Hamburgo. Dirigiam-se para a Europa Ocidental viajando pela rede fluvial e como mercadores fundaram feitorias em Novgorod, Kiev, velejaram pelo mar Negro e ameaçaram Constantinopla.

Os Húngaros ou magiares viviam no século VII no império dos Khazars localizado à margem do mar Cáspio, tendo como capital Itil situada no estuário do Volga. Este Estado sofreu invasões no século IX, expulsando a população húngara para o oeste. Fixaram-se na região da Panônia (Hungria) saquearam locais da Alemanha, França, Itália e foram detidos em Lechfeld (955) por Oto, o grande, tornaram-se sedentários, cristãos e no final do século X fundaram o reino da Hungria.

Os muçulmanos formam uma notável civilização, originária da península arábica, difundida pelo oriente e ocidente. A Arábia por volta do século VII possuía cidades como Marib, Taif, Meca, Medina, Badr, Fadak, Maqna, Tabuk. A cidade de Meca se distinguiu como centro comercial em virtude da passagem de rotas do Iêmen, Mar Vermelho que se dirigiam para a Mesopotâmia, Egito, Síria, Palestina. Igualmente a cidade tornou-se um centro religioso, pois o santuário da Caaba com 360 ídolos e uma pedra sagrada, atraíam peregrinações desde os tempos antigos.

A história de Meca, bem como dos árabes viveu uma radical mudança com a religião Islã, fundada por Maomé (570-632), que segundo a tradição muçulmana no ano de 610 do Ramadã recebeu uma mensagem de Deus, através do anjo Gabriel, tornando-se o profeta de Alá.

Muhamad Ibn Abballah ou Maomé fundou uma comunidade política-religiosa (Umma)

concebeu um livro sagrado (alcorão ou Corão), fez adeptos e o Islamismo se revelou uma religião monoteísta, abramica com as obrigações: Profissão de fé (há um só deus e Maomé é seu profeta), oração (salat) proferida cinco vezes ao dia, esmola (zakat), jejum (sawn) praticado no mês do Ramadã, peregrinação a Meca (Hajj).

“Os guerreiros de Alá”, depois da morte do profeta, submeteram um vasto território na Ásia, África e Europa, organizado em Califados: Cairo, Damasco, Bagdá.

O “mundo” muçulmano apresentou vinculações com a civilização da cristandade medieval ressaltando duas.

A produção cultural islâmica, herdeira da tradição clássica, com os pensadores Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198).

O primeiro redigiu uma obra filosófica, que influenciou Guilherme de Auvergne, Alexandre de Hales e Alberto, o grande, os quais utilizaram os comentários do filósofo de Afshana no estudo do aristotelismo, um dos grandes desafios das escolas de artes e teologia do século XIII, como médico escreveu cânone de medicina, utilizado na Europa até o século XVII. O segundo, natural de Córdova cidade da Hispania Moura, magno estudioso do aristotelismo, e o seu pensar representou o auge da filosofia Árabe.

O averroísmo foi uma referência nos estudos das faculdades de artes tendo como importante representante Sigério de Brabante, um extraordinário comentador de Aristóteles.

A segunda vinculação foi o intercâmbio comercial no mar mediterrâneo, o qual não foi fechado pelos árabes como escreveu Henri Pirenne. Pelo contrário o “mundo” muçulmano manteve relações comerciais com a Europa, ligando-a ao Oriente Próximo e à África. Portanto os mercadores do Islã forneciam prata para os carolíngios e adquiriam ferro, madeiras, estanho e escravos, os quais eram enviadas para Córdova, Cairo e outras cidades. Outrossim, mantiveram um forte comércio das especiarias com os italianos.

Os relacionamentos entre as duas civilizações nem sempre foram cordiais e pacíficas. Basta citar a reconquista na Península Ibérica e, as cruzadas responsáveis por crueldades no oriente. No campo

do pensamento, a Igreja se opôs a doutrina averroísta, condenada (1277) pelo Bispo de Paris, Estevão Tempier estimulado pelo papa João XXI. Professores adeptos do averroísmo foram expulsos da universidade e Sigério de Brabante foi condenado pela inquisição. Do lado muçulmano se registrou um grande desinteresse da História e Geografia pela Europa Ocidental, encarada como “terra de bárbaros”. O geógrafo Masûdi (século X) chamou os europeus de “vulgares e grosseiros”.

Eclodiu no ocidente medieval, no final do século X, um importante progresso na agricultura (“Revolução Agrícola”) em razão da aplicação das técnicas, o uso da charrua de ferro, a incorporação de novas áreas ao cultivo através do processo de arroteamento, o aumento da oferta de alimentos, o fim das “invasões”, a observância relativa da paz de Deus e trégua de Deus, etc.

Desse modo se desencadeava a Revolução Comercial e o renascimento urbano com o eixo nas cidades italianas. Veneza fundada no século V no fundo do Adriático, como um local de refúgio para populações ameaçadas pelas invasões, politicamente se organizou em república e, o comércio tornou-se a base da sua economia. Assim negociava o sal, escravos, madeiras, metais em vários portos como Alexandria e Constantinopla. Obteve lucros fornecendo material e transporte aos cruzados e contribuiu para a conquista de Sidon (1110), Tiro (1124).

Manipulou a quarta cruzada, (1202-1204) convocada por Inocêncio III, em favor de seus interesses econômicos, usando-a para aniquilar a cidade de Zara no litoral Adriático, sua concorrente. Conquistou a capital bizantina e solidamente se estabeleceu na Grécia e ilhas Egéias.

A república de Gênova aumentou sua prosperidade auferindo lucros com as cruzadas, vendendo material e contribuindo para a tomada do Acre (1104) e Trípoli (1109). Procurou as praças do oriente fundando entrepostos na Criméia e Mar de Azov, rivalizando-se com os mercadores venezianos. Ambas as cidades se beneficiaram com cruzadas e alcançaram privilégios. Ergueram colônias, receberam imunidades e isenção de impostos e controlaram os portos da Síria.

A Revolução comercial movimentou o norte da Europa destacando as cidades de Ypres, Gand, Bruges, Lille as quais se ligaram à rota da lã, matéria prima inglesa utilizada nas oficinas têxteis flamengas. O comércio se escoou pelos rios sobressaindo no norte da Itália a rota do Rio Pó, a rota do Ródano que alcançava o Mosela e Mosa ligando o norte e sul, as rotas do Mar Báltico e mar do norte com a predominância dos mercadores da Hansa, as rotas fluviais flamengas. As vias terrestres tinham conexão com as rotas registradas, como por exemplo da Alemanha para a Itália.

O intercâmbio comercial promoveu o florescimento das feiras como Novgorod, Lille, região da champagne, colônia, Servilha, etc. Negociava-se tecidos, armas, cereais, vinhos, estanho e escravos e foi necessário montar uma organização contábil com o uso da letra de câmbio e circulação de moedas.

A cidade medieval foi modelada pelo comércio tornando-se um local de trocas e consumo e de um espaço autônomo frente ao poder feudal. Construiu um processo de resistência (“movimento comunal”) com lutas ou compras das “cartas de franquias” conseguindo muitas vezes a autonomia política municipal (“comuna”).

Despontou o burguês, o qual rejeitou o justo preço, sendo condenado temporariamente pela Igreja, afirmando que a usura, uma das filhas do diabo, o desposou. Este novo personagem no decorrer da evolução do capitalismo procurou uma ética, a qual justificasse o busca do lucro e o acúmulo da riqueza, sinais do eleito de Deus.

A expansão européia do século XI ao XIII, foi abalada por um período de crises nos dois séculos seguintes.

“As cidades foram as primeiras atingidas pela crise econômica proveniente de uma relativa superprodução, da interrupção progressiva do crescimento demográfico, da instabilidade monetária e das perturbações do comércio oriental ligadas ao avanço dos turcos em direção a Bizâncio e à Cristandade. Mas as cidades também tinham suas forças e seus triunfos, que lhes permitiram reagir melhor que o campo.”

As calamidades dos séculos XIV e XV não poupam as cidades. Os habitantes de Toulouse, por exemplo, suportaram, entre 1140 e 1483, seis severos períodos de fome, seis pestes ou epidemias, oito grandes incêndios ou inundações, operações militares ou agressões de bandidos durante vinte anos e duas importantes revoltas sociais. Das quatro pontes sobre o rio Garonne que existiam no final do século XIII só uma subsistiu, os subúrbios desapareceram, perdeu-se um terço da população.

A guerra era quase endêmica durante esse período. Na França (Guerra dos Cem Anos); na Itália, sujeita a terríveis conflitos armados entre as cidades e a numerosas operações militares nos Estados da Igreja; na Península Ibérica, devastada pelas guerras civis; na Inglaterra, no século XV, quando a guerra das Duas Rosas... As cidades tiveram de construir novas muralhas ou consertar as antigas, o que arruinou suas finanças e impôs aos cidadãos pesadas cargas fiscais que aumentaram o descontentamento dos habitantes menos ricos, sobre os quais aquelas cobranças pesavam mais.

Foi o tempo das grandes revoltas sociais e urbanas. Desde o período 1260-1280, greves e motins haviam estourado, especialmente na França setentrional, em Flandres e nas regiões vizinhas. Nos séculos XIV e XV, ocorreram verdadeiras rebeliões e sublevações urbanas, fomentadas, sobretudo pelos trabalhadores, mas com a participação de burgueses ou mesmo de nobres.” (Le Goff, 2002, p. 232.233)

A crise sinalizou os últimos momentos da civilização medieval, superada pelos tempos modernos, gerados por várias situações históricas, tal como a expansão marítima, da qual Portugal foi um pólo pioneiro.

Portugal desde o final do século XII ligou-se a Revolução Comercial mantendo intercâmbio com a cidade de Bruges. Suas feiras tiveram alta relevância como espaço de trocas, de consumo e do uso de moedas para pagar as transações. Somou

a este progresso, o crescimento da atividade naval, proteção ao comércio marítimo através da “Bolsa Marítima”, exportação de vinhos, azeite, sal e importações de tecidos, metais, armas, especiarias.

Apesar desse desenvolvimento, a sociedade portuguesa sofreu os males da crise do século XIV, a guerra, a fome, pestes, trágica tríade que provocava o declínio da população, o processo inflacionário, desmoronamento das relações sócio-econômicas.

A contenção da crise foi através de várias medidas, como a do rei D. Fernando (1367-1383) como, por exemplo, as leis da sesmarias com o objetivo de estimular a produção agrícola, tornando obrigatório a cultura da terra sob o pena de ser expropriada e cedida para quem cumprisse a lei. Estabeleceram salários rurais e trabalho obrigatório para os “desocupados”. O monarca tomou outras medidas como a proteção ao desenvolvimento naval, seguros para proteger a navegação.

A morte de D. Fernando provocou uma crise dinástica portadora da ameaça da tutela do reino de Castela afastada pela Revolução de Avis (1383-1385), liderada por D. João, mestre da ordem de Avis, novo soberano e fundador da nova dinastia sob a qual ocorreu a expansão ultramarina.

Várias situações favoráveis explicam a expansão portuguesa: marinha mercante, participação no comércio mediterrâneo e atlântico, condições técnicas, unidade política em torno da monarquia, interesses políticos-econômicos dos comerciantes. Vincula-se a este contexto as condições adversas no comércio mediterrâneo como: busca de rotas alternativas eliminando o intermediário muçulmano, esfacelamento do império mongol provocando crises nas rotas comerciais da Ásia Central, expansão turca otomana aniquiladora do império bizantino.

Afirmam historiadores que o marco da expansão marítima portuguesa foi a conquista da cidade de Ceuta (1415), praça comercial localizada no Marrocos. O comércio africano era significativo com as caravanas partindo de Sijilmassa, Walata, atravessavam o Saara conduzindo sal (rota do sal) e outras mercadorias para a África Negra e, conseguiam ouro como o de Timbuktu, o qual abastecia o comércio africano e europeu. É bem

provável que a tomada de Ceuta foi para adquirir o ouro da rota de Timbuktu, bem como controlar o estreito de Gibraltar. O evento ao que parece atendeu os mercadores de Lisboa, a nobreza que lucrou com saques e outros benefícios concedidos pela coroa, a Igreja que recebeu cargos, honrarias e terras.

Depois da conquista de Ceuta, a política portuguesa orientou a exploração do litoral africano (fase Henriquina). Estabeleceu-se a colonização de ilhas, como a da madeira com o plantio da cana-de-açúcar, trigo, vinhas e comércio de escravos. A ilha se tornou no final do século XV a grande fornecedora de açúcar para a Europa. No reinado de João II (1481-1495), a navegação portuguesa atingiu o cabo da Boa Esperança no sul da África com a viagem de Bartolomeu Dias, e no apagar do século a memorável expedição de Vasco da Gama chegou a Calicute na Índia (1498).

Inaugurava-se uma rota comercial sem intermediários entre o oriente e o ocidente assegurada pelo controle português da rota índico-Europa, através de um processo de conquista militar. A geopolítica portuguesa procurou afastar a resistência muçulmana com a construção de feitorias em Coxim e Cananor, fortalezas na África e em pontos estratégicos dos oceanos Índico e Pacífico. Organizou-se um governo geral com a capital em Goa, possessão portuguesa até 1961. O domínio de Malaca garantiu a rota da pimenta e as do extremo oriente, de Ormuz controlou as rotas que utilizava o Golfo Pérsico, porém fracassou na tomada de Áden, chave para se apoderar das rotas do mar vermelho e Arábia.

O império colonial português detinha na primeira metade do século XVI uma vasta rede de rotas comerciais. Por essas escoava a pimenta de Timor, o gengibre da Índia e da Indonésia, o cravo das Molucas, a canela do antigo Ceilão (Sri Lanka), a seda e a porcelana da China, o ouro de Sumatra, a prata do Japão. Porém, muitas razões históricas provocaram o ocaso deste império, o qual não conseguiu manter a conquista e as rotas e os territórios, que caíram nas mãos de holandeses e de outras nações imperiais.

O expansionismo português teve um aliado poderoso, a Igreja Católica, cuja história é inseparável de Portugal. Desde a fundação durante

a reconquista, Afonso Henrique (1128-1185) primeiro rei, recebeu apoio do clero e do papa Alexandre III o qual reconheceu a independência de Portugal (1179).

Durante a expansão a Santa Sé expediu documentos protegendo, estimulando, defendendo em nome da cristandade, os interesses do Reino de Portugal. Desse modo o papa Nicolau V enviou ao monarca português duas Bulas. A primeira, “Dum Diversas” (1452), a qual autorizava o ataque, prisão de populações muçulmanas e pagãs, bem como o confisco de seus bens e a redução à escravidão. A segunda, “Romanus Pontifex” (1455), reconhecedora das conquistas e conferia um caráter missionário a expansão. O papa Calixto III publicou a Bula “Inter Coetera” (1456) confirmando a “Romanus Pontifex” e concedendo a Ordem de Cristo jurisdição eclesiástica a todas regiões conquistadas e as novas. A bula “Aeterni Regis” (1481) de Sisto IV e a “Praeclarae Devotiones” (1514) de Leão X, confirmava as anteriores e ampliavam os poderes do Estado Português. Estes documentos pontifícios revelaram a aliança entre a Igreja Católica e o Estado através da instituição do Padroado, e o controle que os reis tinham sobre a Igreja portuguesa.

É verossímil afirmar que a expansão comercial foi a expansão da cristandade europeia e de sua civilização, pois o ato de evangelizar pertence ao mesmo projeto de dominar territórios, mercados e populações. O discurso da expansão comercial é religioso e seus protagonistas estão envolvidos com o sagrado, acreditando que o reino de Portugal tinha a missão de estabelecer o Reino de Deus.

Assim a posse da descoberta recebe os nomes sagrados, a defesa do território se coloca nas mãos de santos guerreiros, e se justifica a colonização com um ato religioso: D. João III (1521-1557) escreveu ao governador geral Tomé de Souza que a causa que o levou a povoar o Brasil foi converter a população a fé católica.

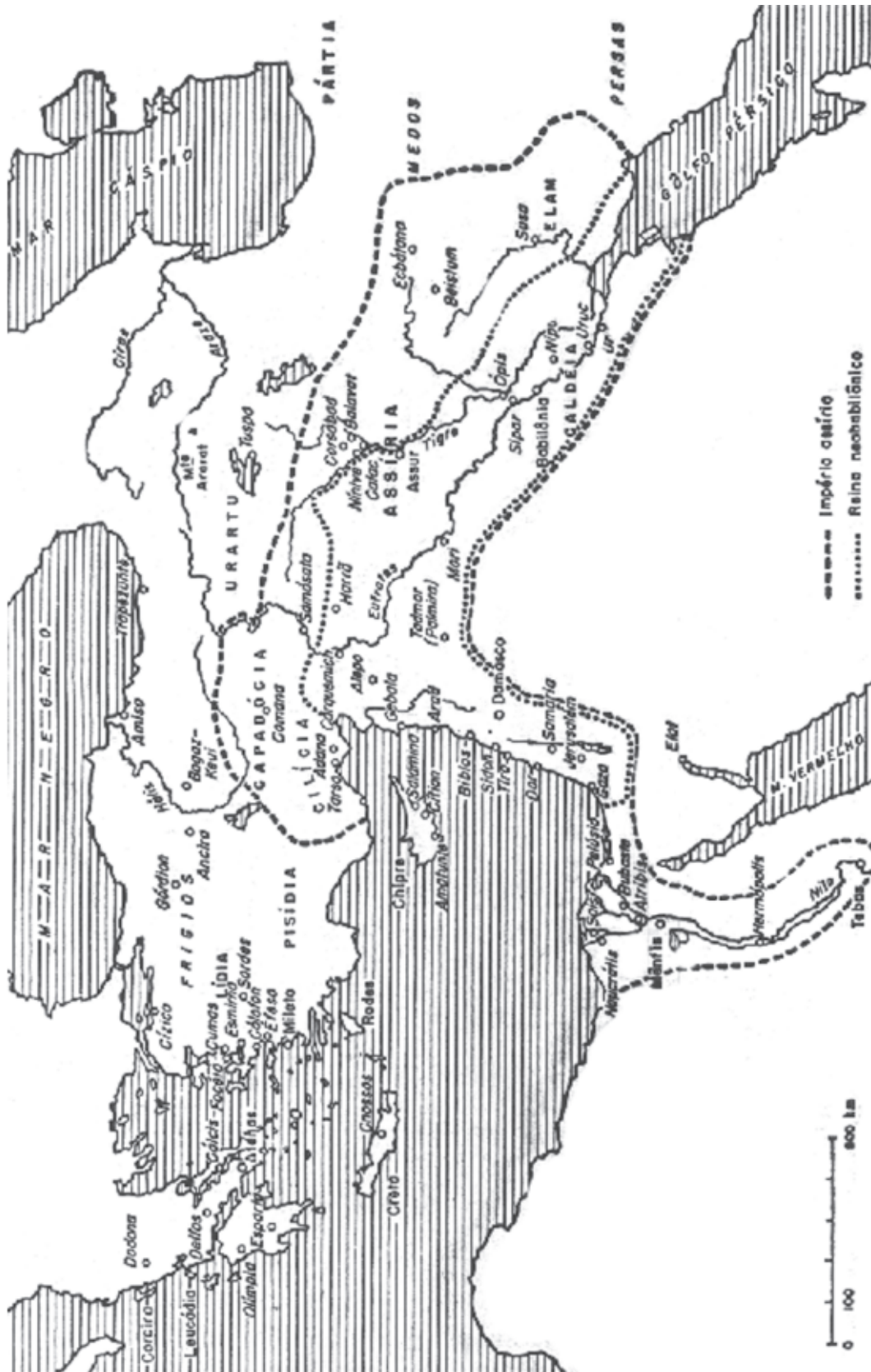
Foi neste processo que ocorreu a ação missionária, como as missões que partiam de Goa e atingiam a China e Nagasaki no Japão. No alvorecer da colonização do Brasil com a instituição do governo geral, o papa Júlio III criou a diocese de Salvador através da Bula “Super Specula Militantis

Ecclesiae” (1551), atendendo uma solicitação do rei português.

Os descobrimentos portugueses marcaram a gênese da construção de novos tempos e espaços. Iniciou o movimento da expansão imperial européia dilatadora de fronteiras, desvendadora do desconhecido, firmadora da economia de mercado. É a História da redução das distâncias, do desenvolvimento das comunicações, dos primeiros passos do capitalismo onde mitos e fantasias foram desfeitos. Instaure-se o culto ao lucro, à mercadoria e à sedução do consumo.

BIBLIOGRAFIA

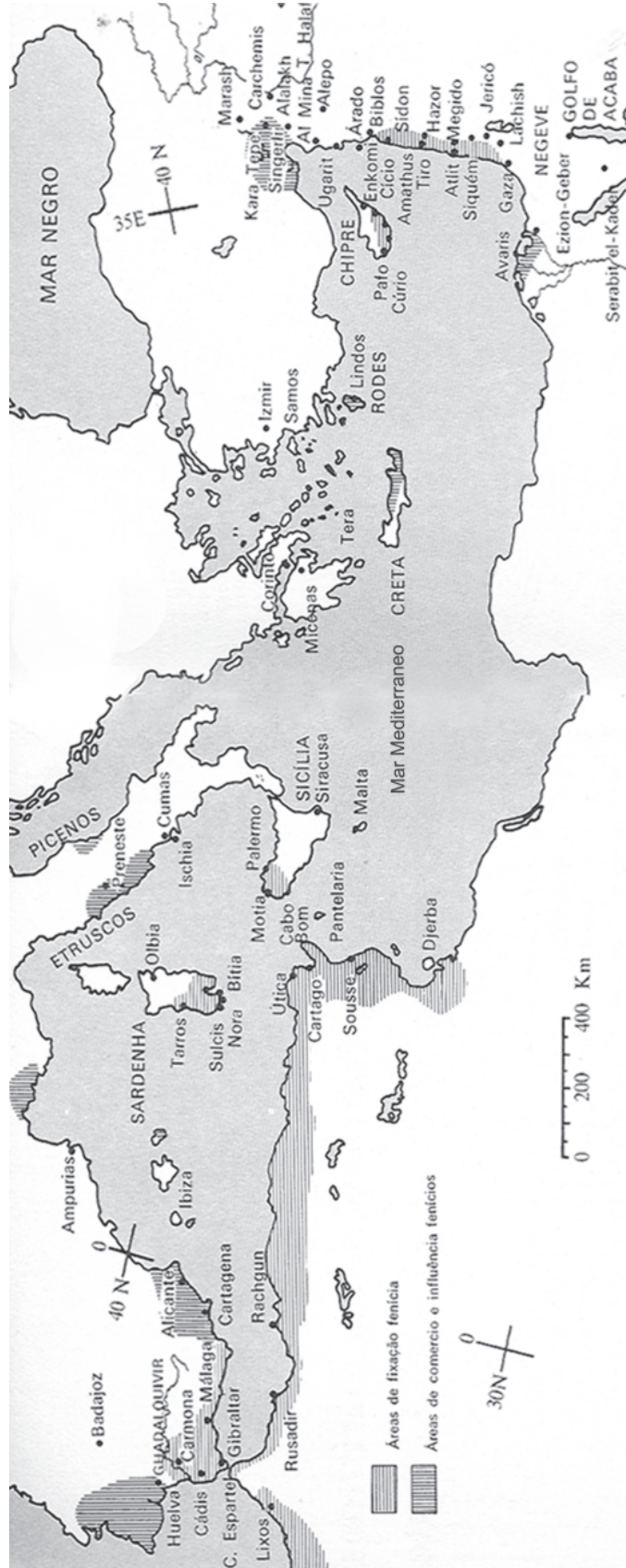
- ANDERSON, Perry., Passagens da Antiguidade ao feudalismo. Porto, Afrontamento, 1982.
- AUSTIN, Michel., VIDAL – Naquet, Pierre. Economia e sociedade na Grécia Antiga. Lisboa, Edições 70, 1986.
- BOXER, C. R., O Império Colonial Português. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BRAUDEL, Fernand., O Espaço e a História no Mediterrâneo. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- CULLICAN, William., O Comércio Marítimo. Lisboa, Verbo, 1970.
- FINLEY, M. I., Grécia Primitiva: idade de bronze e idade arcaica. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- GARCIA, José Manuel., História de Portugal uma visão global. Lisboa, Presença, 1981.
- JOHNSON, Paul., História ilustrada do Egito Antigo. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.]
- _____. , **História dos judeus**. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
- LE GOFF, Jacques., Mercadores e Banqueiros da Idade Média. Lisboa, Gradiva, 1982.
- LE GOFF, JACQUES., Schmitt, Jean Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Bauru, Edusc, 2002 V.1.
- LEWIS, Bernard., Os Árabes na História., Lisboa, Estampa, 1982.
- MOSSÉ, Claude., A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo. Lisboa, Edições 70, 1989.
- TAVARES, António Augusto., Economia e História Antiga. Lisboa, Presença, 1987.



O mundo oriental, do século VIII ao VI.

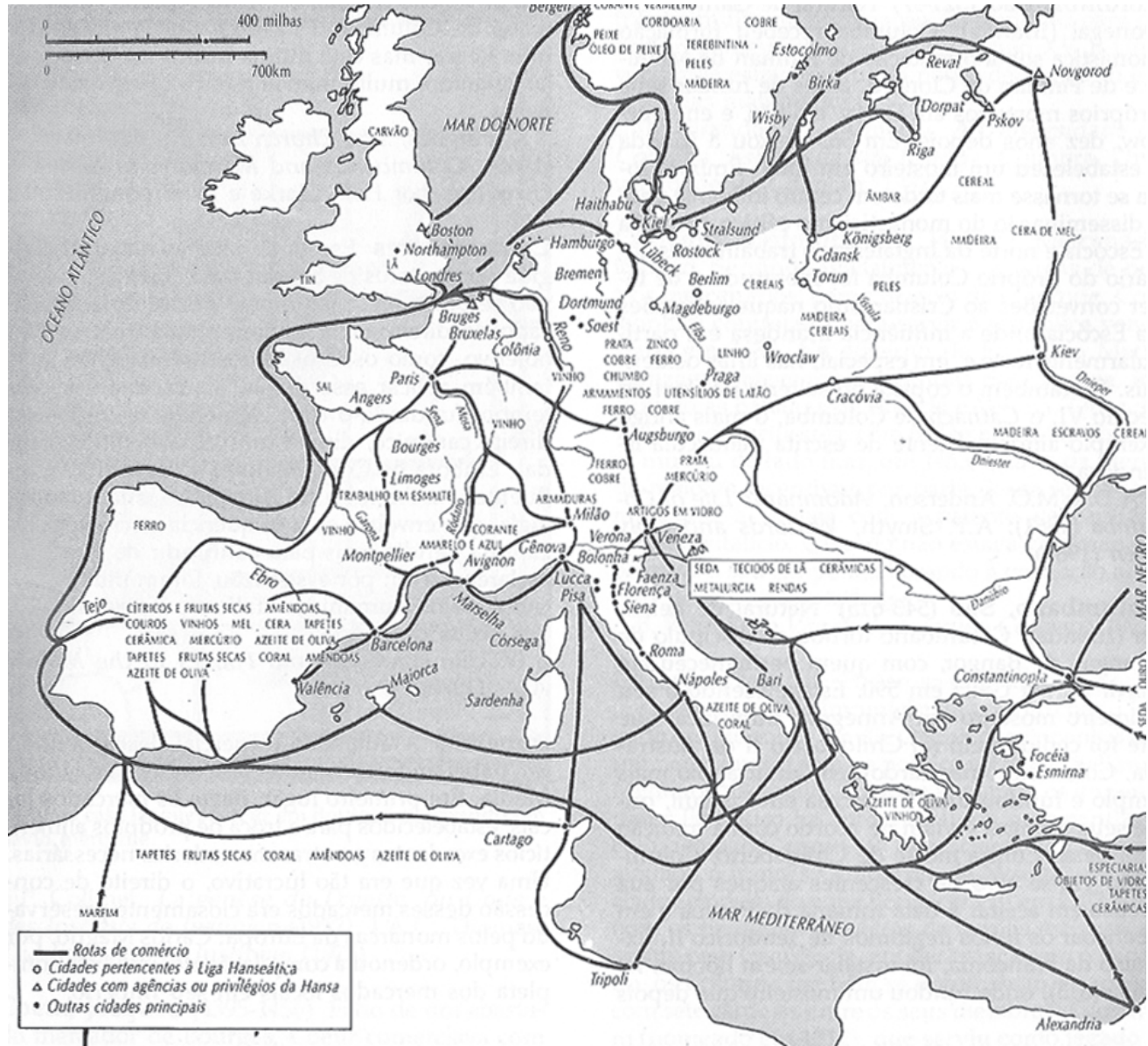
Fonte: FEHLI, Paul., **HISTORIA ANTIGA**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, p. 63.

Os fenícios no Mundo Mediterrâneo.



Fonte: CULICAN., 1970, p. 12-13.

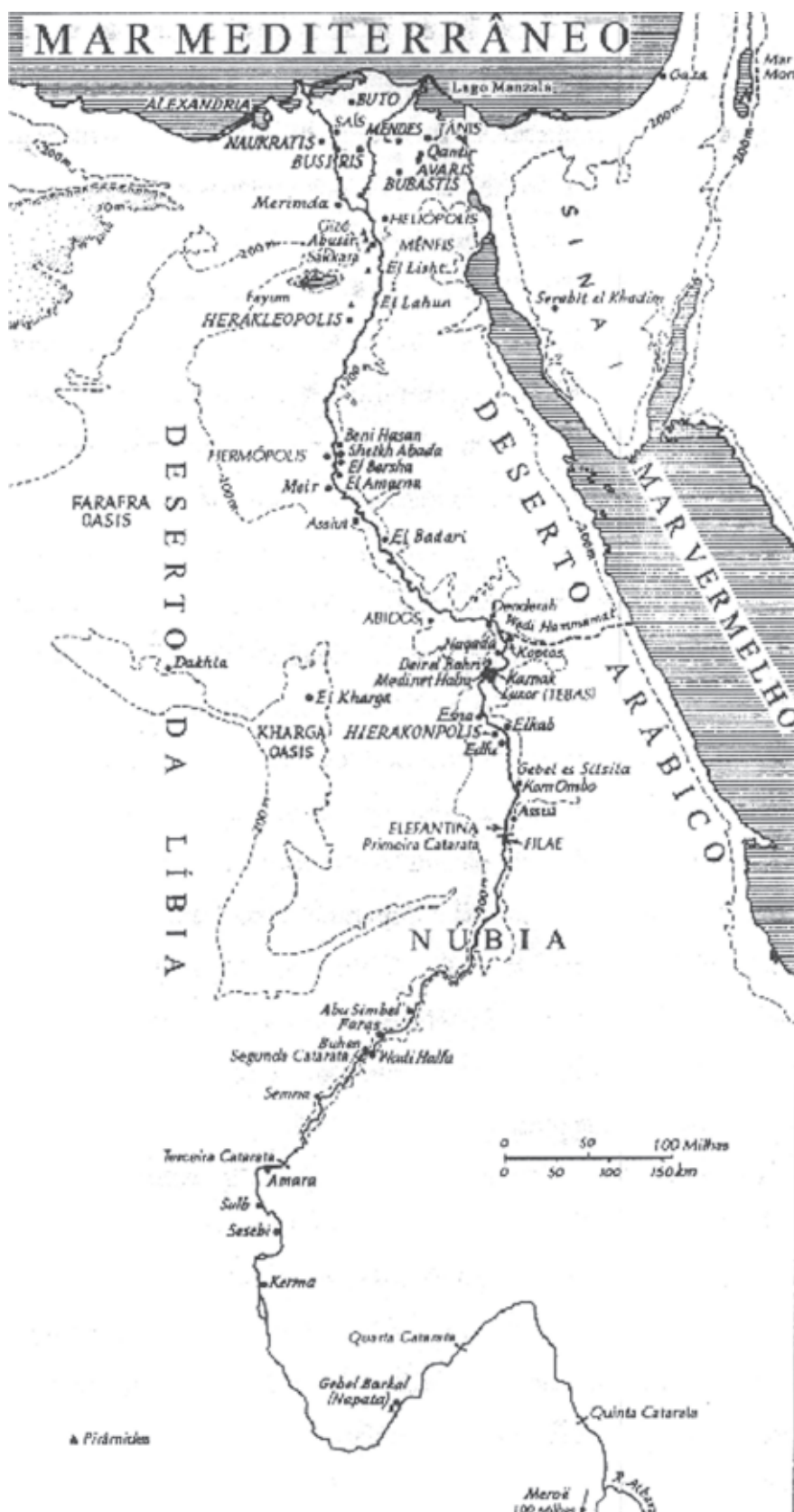
As principais rotas comerciais da Europa na Idade Média e as cidades da Liga Hanseática.



Fonte: LOYN, Henry. R. (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p. 100.



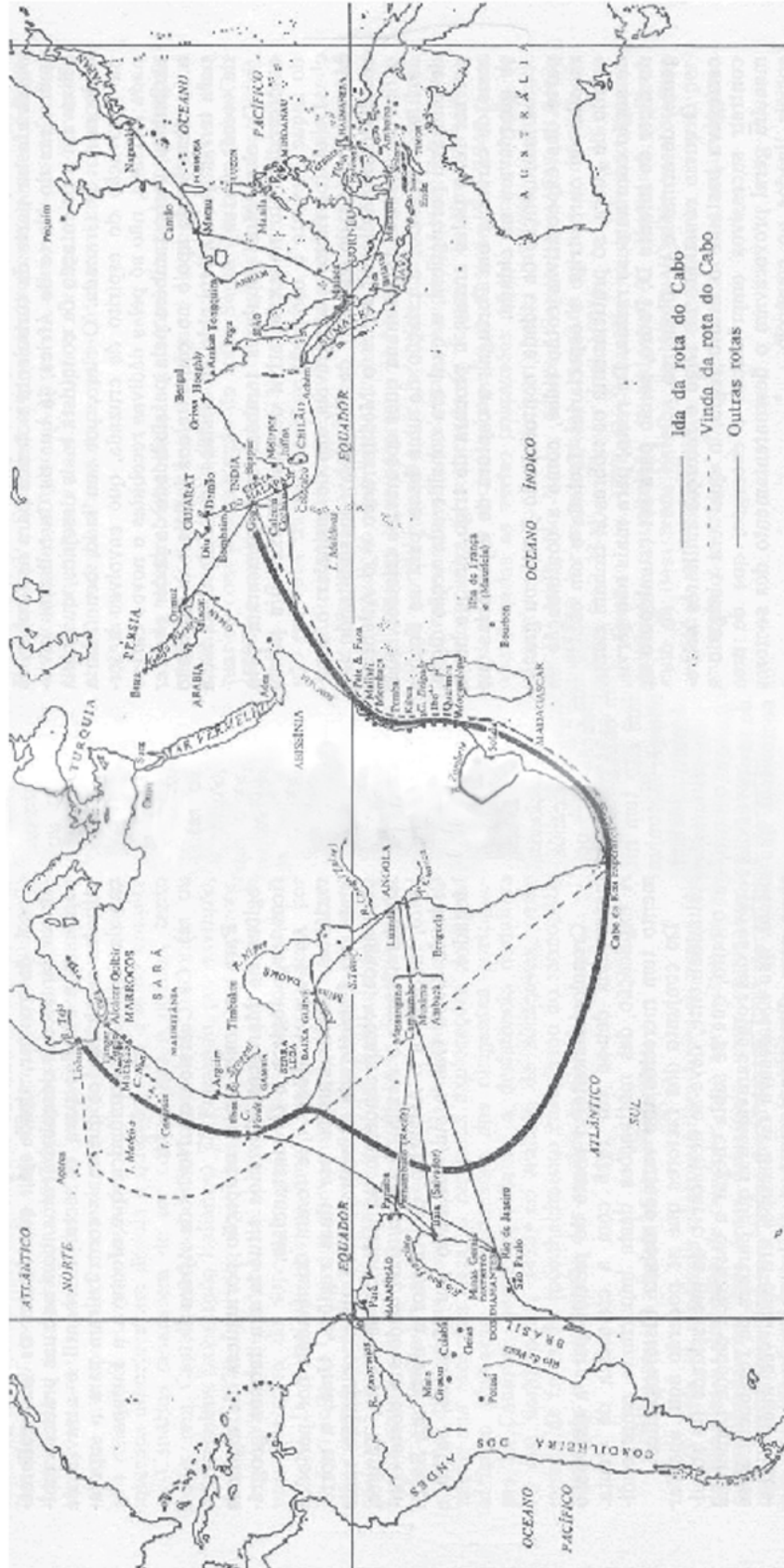
Fonte: BOEDER, Diana., Quem foi quem na Roma Antiga. São Paulo, Art. Editora, 1980, p. 296.



Esboço do mapa do Egito e da Núbia mostrando os principais sítios (os nomes gregos estão em capitulares; os nomes arábicos modernos, em tipos minúsculos).

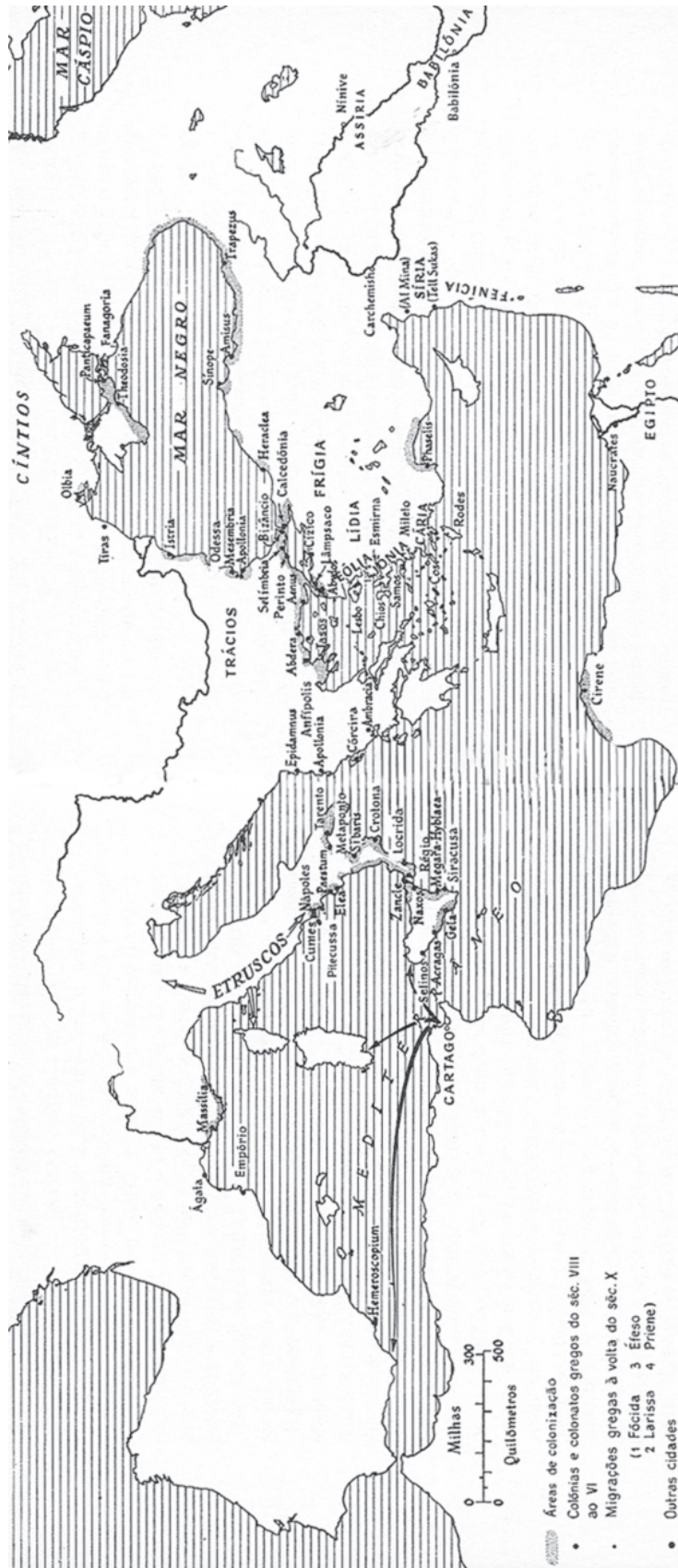
Fonte: JOHNSON, 2002, p. 375.

O Império Português durante o Antigo Regime. Rotas principais. O Tratado de Tordesilhas (baseado em C. Boxer, **O Império Colonial Português**, com acréscimo das rotas e do traçado do Tratado das Tordesilhas).



Fonte: GARCIA, José Manuel., **História de Portugal: uma visão global**. Lisboa, Presença, 1981, p. 136-137.

Mapa da Colonização Grega.



Fonte: COOK, Robert M., **Os gregos até Alexandre**. Lisboa, Verbo, 1966, p. 54-55.